Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

Leforte Morumbi

HOSPITAL LEFORTE S.A.

CNPJ/MF nº 19.803.199/0001-14 - NIRE 35.300.487.141

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., o balanço encerrado em 31 de dezembro de 2025 e demais demonstrações legais. Colocamo-nos a inteira disposição para os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.743	36.969
Contas a receber de clientes	5	124.256	120.801
Estoques	6	12.151	8.170
Tributos a recuperar	7	9.371	5.892
Outros créditos		288	8.767
Total do ativo circulante		178.809	180.599
Não circulante			
Depósitos judiciais		3.687	1.304
Tributos diferidos	19	16.353	8.602
Partes relacionadas	18	16.083	1.399
Direito de uso de arrendamentos	10	51.182	59.999
Investimento	8	2.015	-
Imobilizado	9	24.820	25.001
Intangível	10	1.800	1.794
Total do ativo não circulante		115.940	98.099
Total do ativo		294.749	278.698

PASSIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Circulante			
Fornecedores	12	26.648	20.119
Obrigações sociais e trabalhistas	13	13.352	12.979
Tributos a recolher	14	6.580	12.473
Partes relacionadas	18	5.198	78.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		14.013	9.336
Outras contas a pagar e provisões	15	7.582	11.358
Passivos de arrendamentos	11	9.051	48
Total do passivo circulante		82.424	144.509
Não circulante			
Tributos a recolher	14	830	1.161
Passivos de arrendamentos	11	53.270	68.000
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	16	9.148	6.017
Provisão para perda em coligadas	8	-	1.328
Outras contas a pagar e provisões	15	579	804
Total do passivo não circulante		63.827	77.310
Patrimônio líquido	17		
Capital social		117.385	2.888
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	40.400
Reservas de Lucros		30.824	13.591
Reservas de capital		289	-
Total do patrimônio líquido		148.498	56.879
Total do passivo e do patrimônio líquido		294.749	278.698

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Descrição	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	20	312.422	310.624
Custo dos serviços prestados	21	(277.347)	(248.346)
Lucro operacional bruto		35.075	62.278
Despesas comerciais	21	(6.387)	-
Despesas gerais e administrativas	21	(2.185)	(31.318)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	1.563	(14.319)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(9)	(328)
Lucro operacional		28.057	16.313
Receitas financeiras	22	11.458	5.030
Despesas financeiras	22	(8.412)	(10.546)
		3.046	(5.516)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		31.103	10.797
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	(16.253)	(13.819)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	7.751	2.210
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		22.601	(812)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	22.601	(812)
Resultado abrangente do exercício	22.601	(812)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

				Reservas de lucros			
Descrição	Capital Social	AFAC	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Legal	Retenção	Lucros e Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.888	38.900	-	578	13.825	-	56.191
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(812)	(812)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.500	-	-	-	-	1.500
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	-	(812)	812	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.888	40.400	-	578	13.013	-	56.879
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	-	-	22.601	22.601
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	108.848	-	-	-		108.848
Integralização de capital com saldo de AFAC	149.248	(149.248)	-	-	-		-
Redução de capital, conversão saldo de mútuo	(34.751)	-	-	-	-		(34.751)
Variação de participação societária	-	-	289	-	-		289
Reserva legal	-	-	-	1.130	-	(1.130)	-
Dividendos mínimo obrigatório (a)	-	-	-	-	-	(5.368)	(5.368)
Reserva de lucros	-	-	-	-	16.103	(16.103)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	117.385	-	289	1.708	29.116	-	148.498

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

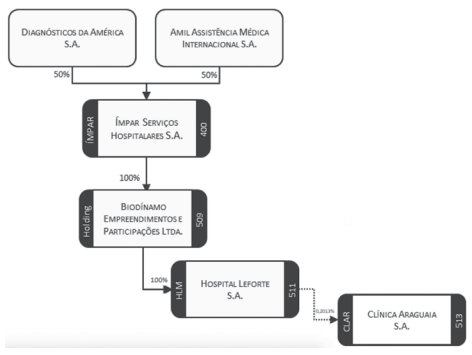
Descrição	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	31.103	10.797
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	11.633	9.692
Equivalência patrimonial	9	328
Baixa residual imobilizado	9	112
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	52
Juros sobre passivos de arrendamentos	4.256	8.247
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber e glosas	18.183	9.625
Provisão para contingências	3.131	(4.291)
Reservas de Lucros	(5.079)	-
Variação nos ativos e passivos operacionais		
Ativos		
Contas a receber de clientes	(21.638)	(39.390)
Estoques	(3.981)	(2.509)
Tributos a recuperar	(3.479)	10.238
Outros créditos e outros ativos	6.096	(871)
Passivos		
Fornecedores	6.529	(4.749)
Obrigações sociais e trabalhistas	373	(1.138)
Obrigações fiscais	14.046	(4.459)
Outras contas a pagar e outros passivos	(113.313)	19.865
Caixa gerado das atividades operacionais	(52.122)	11.549
Juros pagos sobre arrendamentos	(4.256)	(8.247)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-	(55)
Imposto e contribuição social pagos	(36.523)	(5.559)
Caixa líquido gerado aplicado nas atividades operacionais	(92.901)	(2.312)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Partes relacionadas	132.775	(1.399)
Adições ao ativo imobilizado	(2.644)	(4.108)
Adições ao intangível	(6)	(60)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	130.125	(5.567)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(40.400)	1.500
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	(1.500)
Arrendamento Mercantil	(5.727)	(442)
Pagamento de dividendos	4.677	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento com terceiros	(41.450)	(442)
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.226)	(8.321)
No início do exercício	36.969	45.290
No final do exercício	32.743	36.969
Redução líquido no caixa e equivalentes de caixa	(4.226)	(8.321)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Leforte S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Rua dos Três Irmãos, 121 - São Paulo, que tem como principal atividade a prestação de serviços médicos, hospitalares e ensino e pesquisa em unidades próprias, alugadas ou de terceiros além de desenvolver atividades voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, podendo, para tanto, realizar simpósios, congressos e demais atividades relacionadas. A Companhia é controlada pela Biodínamo Empreendimento e Participações Ltda. (Biodínamo), a qual é uma controlada da Ímpar Serviços Hospitalares S.A. ("Ímpar"), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo. A Ímpar Serviços Hospitalares S.A. ("ÍMPAR"), em conjunto com suas controlada (conjuntamente "Companhia" "Grupo" ou "Rede Américas"), é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. **1.1 Objetivo social e principais atividades**: As principais atividades desenvolvidas pela Companhia compreendem, entre outras: • prestação de serviços hospitalares e de pronto atendimento; • atendimento médico e ambulatorial em diversas especialidades; • realização de procedimentos de alta e média complexidade, incluindo serviços oncológicos; • realização de exames, terapias e diagnósticos relacionados à saúde humana; • disponibilização de infraestrutura hospitalar para ensino, pesquisa e aperfeiçoamento de profissionais da área da saúde; e • participação societária em outras entidades atuantes no setor de saúde. **1.2 Estrutura organizacional**: A estrutura organizacional da Companhia em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:



1.2.1 Participações societárias comparativas

Empresa	Tipo de investimento	Atividade principal	31.12.2025	31.12.2024
Clínica Araguaia S.A.	Direto	Serviços médicos e ambulatoriais	20,1295%	21,00%

1.3 Regulamentações aplicáveis a operação da Companhia: As atividades da Companhia estão sujeitas a extensa regulamentação por órgãos governamentais e entidades reguladoras, incluindo, principalmente: • Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS"); • Agência Nacional de Vigilância Sanitária ("ANVISA"); • Conselhos profissionais e autoridades sanitárias estaduais e municipais. O cumprimento das normas regulatórias envolve requisitos relacionados à qualidade assistencial, segurança do paciente, estrutura física, habilitação profissional, práticas de governança clínica e padrões operacionais, os quais podem impactar os custos operacionais, investimentos e resultados do Grupo. **1.4 Continuidade operacional**: A Administração avaliou a capacidade de continuidade operacional da Companhia, considerando, entre outros fatores: • a estrutura de capital existente; • a geração de caixa operacional; • o acesso a linhas de crédito e financiamentos; • o cumprimento de obrigações contratuais e regulatórias; e • as projeções econômico-financeiras aprovadas pela Administração. Adicionalmente, a constituição do controle conjunto e a reorganização societária associada têm como principais objetivos estratégicos: • fortalecimento da plataforma hospitalar da Rede Américas; • aumento da escala operacional e da eficiência; • ampliação do portfólio de serviços de alta complexidade; e • geração de sinergias operacionais, assistenciais e financeiras. Tais objetivos fortalecem a conclusão da Administração acerca da continuidade dos negócios, e que a Companhia possui recursos financeiros, operacionais e estrutura de capital adequados para manter suas atividades no curso normal dos negócios. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme requerido pelo CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração acompanha continuamente os impactos das operações sobre o desempenho econômico-financeiro, a estrutura patrimonial e os fluxos de caixa da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e demais pronunciamentos aplicáveis. **2.2 Base de Mensuração**: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes ativos e passivos, que foram mensurados a valor justo ou a outros critérios de mensuração conforme requerido pelas normas contábeis aplicáveis: • ativos e passivos de arrendamento reconhecidos conforme o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos, na data de início desses contratos. Os valores justos utilizados, quando aplicável, foram determinados com base em técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e à natureza dos instrumentos, considerando dados observáveis de mercado sempre que disponíveis. A hierarquia de valor justo dos ativos e passivos financeiros, quando aplicável, está apresentada na nota 28. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, conforme definido no CPC 02 (R2) / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. As transações em moedas estrangeiras, quando existentes, são inicialmente registradas pela moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras, são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço, sendo as variações cambiais reconhecidas no resultado do exercício. **2.4 Uso de estimativas, premissas e julgamentos contábeis**: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As principais áreas que envolvem julgamentos significativos e maior grau de incerteza incluem, mas não se limitam a: • determinação das perdas esperadas de crédito sobre contas a receber; • reconhecimento de receitas e contraprestação variável ("glosa"); • definição da vida útil de ativos imobilizados e intangíveis; • avaliação de recuperabilidade de ativos não financeiros; • mensuração de ativos e passivos de arrendamento; • reconhecimento e mensuração de provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas; e • reconhecimento de ativos fiscais diferidos. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente no período em que as estimativas são revisadas e em períodos futuros afetados. Em dezembro de 2025 a Administração da Companhia promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito. **2.5 Autorização para emissão**: A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 08 de julho de 2026, após a conclusão de todos os procedimentos de revisão e aprovações internas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da ÍMPAR e de suas controlada. **3.1 Mudança de estimativa - provisão para perdas esperadas de crédito**: Em dezembro de 2025, a Administração promoveu uma mudança nas metodologias de estimativa da provisão para perdas esperadas de crédito relacionada às contas a receber das companhias que passaram a compor a Rede Américas em 1º de abril de 2025, com o objetivo de refletir de forma unificada o perfil de risco da carteira, à luz de informações mais recentes e da evolução do comportamento histórico de recebimentos. A mudança envolveu o aperfeiçoamento das premissas e parâmetros utilizados na mensuração das perdas esperadas, incluindo, entre outros aspectos, ajustes na segmentação da carteira, na base histórica utilizada e na incorporação de informações prospectivas (forward-looking). Essa alteração foi tratada como mudança de estimativa contábil, nos termos do CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, sendo seus efeitos reconhecidos prospectivamente a partir de sua adoção, portanto, os valores comparativos não foram reapresentados. O impacto dessa mudança resultou em um aumento da provisão para perdas esperadas de crédito no montante de R$ 3.844 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, com efeito correspondente no resultado do exercício. **3.2 Novos pronunciamentos**: **3.2.1 Pronunciamentos com adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2025**: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **3.2.1.1 Alterações ao IAS 21 / CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis**: Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21, introduzindo novos requisitos para a avaliação da conversibilidade entre moedas e para a determinação da taxa de câmbio à vista aplicável quando a conversibilidade não estiver disponível. Tais alterações passam a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não efetuou operações nessas condições, portanto essa alteração não impactou as demonstrações financeiras, aqui apresentadas. **3.2.2 Novos pronunciamentos a serem adotados em períodos e/ou exercícios subsequentes**: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **3.2.2.1 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e mensuração de instrumentos**: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" e IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações: (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou nas demonstrações financeiras a serem futuramente emitidas. **3.2.2.2 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza**: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 -"Instrumentos Financeiros: Evidenciação", com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como "contracts referencing nature-dependent electricity". Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza. As alterações trazem: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de own use, (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício. As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais. **3.2.2.3 CPC 51 / IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras**: Essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados: 1) não obstante a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado. 2) os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. 3) o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, a Companhia desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial. A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1. No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento. A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18. **3.2.2.4 IFRS 19 - Subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas: divulgações e alterações**: Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) apliquem requisitos de divulgação reduzidos, de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.3 Melhorias anuais às normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards - Vol 11)**: As melhorias anuais se limitam a alterações que visam esclarecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas: • IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro"; IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"; • IFRS 7"; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"; IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e • IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa". Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.4 Alterações ao IAS 21 - Tradução para uma Moeda de Apresentação**: Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrito especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é a de uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se: • Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou • Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária. As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para o reporte em moeda hiperinflacionária. Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras. **3.2.5 Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 - "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras"**: Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras. Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outras incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) e, portanto, não há requisitos de transição. Em vez disso, esses exemplos acompanharão as respectivas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) às quais estão relacionados. Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem: • caixa; • depósitos bancários à vista; e • aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimento original de até três meses, prontamente conversíveis em caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos e composição de caixa e equivalentes de caixa estão apresentados a seguir:

Descrição	Taxa média ponderada a.a.	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos	14,33%	669	3.244
Aplicações financeiras		32.074	33.725
		32.743	36.969

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber da Companhia são originadas, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos e diagnósticos, sendo compostas principalmente por valores a receber de operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor proporção, de outros convênios e entes públicos, quando aplicável. As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a receber, líquidas de descontos comerciais e contratuais, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, conforme o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As contas a receber são classificadas como ativo circulante ou não circulantes, de acordo com o prazo que se espera sua realização no curso normal das operações. Os saldos e composição das contas a receber estão apresentados a seguir:

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Terceiros:		
Convênios (a)	55.644	52.845
Pacientes particulares	21.335	11.645
Convênios a faturar (b)	30.187	26.601
	107.166	91.091
Contas a receber contraprestação variável	60.441	54.879
Perda esperada de créditos de clientes	(6.037)	(2.194)
Perda esperada de contraprestação variável (glosas)	(37.314)	(22.975)
Total contas a receber de clientes, líquido	124.256	120.801

5.1 Modelo de perdas esperadas de crédito (Expected Credit Losses - ECL): A Companhia adota o modelo de perdas esperadas de crédito para mensuração da provisão para perdas sobre contas a receber, conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, aplicando o modelo simplificado, o qual requer o reconhecimento de perdas esperadas ao longo da vida do ativo desde o reconhecimento inicial, sem a necessidade de identificar aumento significativo no risco de crédito. Esse modelo é considerado apropriado tendo em vista: • a natureza da temporalidade das contas a receber; • a inexistência de componente financeiro significativo; e • o elevado volume de transações recorrentes com operadoras de saúde. Para fins de mensuração das perdas esperadas, as contas a receber são segmentadas em grupos homogêneos de risco, considerando, entre outros critérios: • histórico de inadimplência e glosas; • perfil de crédito e rating interno das operadoras; • comportamento histórico de pagamento; • prazos contratuais e condições de cobrança; e • garantias contratuais, quando aplicável. Essa segmentação é consistente com as práticas de mercado adotadas por grandes grupos hospitalares e permite uma avaliação mais precisa do risco de crédito. A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de matriz de provisão, que combina: • taxas históricas de perda, baseadas em dados observáveis de inadimplência, glosas e recuperações; • ajustes prospectivos (*forward-looking*), refletindo condições econômicas atuais e expectativas razoáveis e sustentáveis sobre eventos futuros; e • fatores específicos do setor de saúde, incluindo alterações regulatórias, comportamento das operadoras e ambiente macroeconômico. As taxas históricas são periodicamente revisadas para assegurar que permaneçam representativas do risco atual da carteira. A Administração incorpora informações prospectivas relevantes na mensuração das perdas esperadas, considerando, entre outros fatores: • cenário macroeconômico; • condições do setor de saúde suplementar; • solvência e desempenho financeiro das operadoras de planos de saúde; • tendências de glosas e disputas contratuais; e • alterações regulatórias que possam afetar a capacidade de pagamento das contrapartes. Quando apropriado, são utilizados cenários múltiplos ponderados por probabilidade, de forma consistente com o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, assegurando que a provisão reflita não apenas eventos passados, mas também expectativas futuras razoáveis. Valores sujeitos a glosas (contas a receber contraprestação variável), contestação administrativa ou disputa contratual são avaliados, considerando: • estágio do processo de contestação; • histórico de êxito em recuperações; • cláusulas contratuais aplicáveis; e • pareceres jurídicos e operacionais, quando relevantes. Quando a Administração entende que a recuperação é improvável ou incerta, os valores são incluídos na provisão para perdas esperadas ou baixados diretamente contra o resultado, conforme o caso, os valores em aberto são 100% provisionados quando atingem 1080 dias em aberto. As contas a receber são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação, após esgotadas as medidas de cobrança administrativa e/ou judicial, conforme políticas internas aprovadas pela Administração. As recuperações de créditos previamente baixados são reconhecidas no resultado do período em que ocorrem. O modelo de perdas esperadas é revisto periodicamente pela Administração, com suporte das áreas financeira, de crédito e de faturamento, e considera informações internas e externas relevantes. As estimativas envolvem julgamentos significativos e estão sujeitas a incertezas, podendo os resultados efetivos diferirem das estimativas utilizadas. **5.1.1 Composição de contas a receber de convênios e particulares, por vencimento**

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
A faturar	30.187	26.601
A vencer	38.259	44.393
Vencidos:		
Até 90 dias	15.311	13.662
de 91 até 180 dias	5.919	1.964
de 181 a 360 dias	8.775	-
Acima de 360 dias	8.715	4.471
	107.166	91.091

5.1.2 Movimentação da provisão para perdas esperadas do contas a receber de convênios e particulares

Descrição	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	(2.194)	(1.259)
(+) novas provisões constituídas	(4.497)	(39.170)
(-) reversões de provisões	654	38.235
Saldo em 31 de dezembro	(6.037)	(2.194)

5.1.3 Movimentação da provisão para perdas esperadas de contraprestação variável (glosas)

Descrição	2025	2024
Saldo em 01 de janeiro	(22.975)	(14.285)
(+) novas provisões constituídas	(15.088)	(9.257)
(-) reversões de provisões	749	567
Saldo em 31 de dezembro	(37.314)	(22.975)

6. ESTOQUES

Os estoques são compostos, principalmente, por medicamentos, materiais médico-hospitalares, órteses, próteses e materiais especiais ("OPME") e demais insumos utilizados na prestação de serviços assistenciais. Os estoques são registrados pelo menor valor entre o custo médio ponderado e o valor realizável líquido, conforme o CPC 16 / IAS 2 - Estoques. Considerando que a Companhia não comercializa esses materiais de forma individual no curso normal de suas operações, mas os consome internamente como parte integrante da prestação de serviços hospitalares, o valor realizável líquido corresponde ao valor econômico recuperável por meio da utilização desses estoques na prestação dos serviços, limitado ao montante que se espera recuperar por meio da receita assistencial, deduzido de eventuais perdas por vencimento, obsolescência, deterioração ou baixa rotatividade. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade dos estoques, considerando, entre outros fatores: • a data de validade e condições de armazenamento; • a rotatividade histórica e projetada; • mudanças em protocolos clínicos ou assistenciais; • ocorrências de perdas, danos ou inutilização; e • estimativas de consumo futuro. Provisões para perdas de estoques são constituídas quando identificada a impossibilidade de utilização ou recuperação econômica dos materiais, sendo reconhecidas no resultado do exercício.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Materiais médicos e medicamentos	8.142	5.484
Materiais especiais e relacionados a órteses e próteses	736	636
Materiais de consumo geral	3.273

Docusign Envelope ID: 21647871-BD6F-8C10-81EA-FBAA59F225B9

... continuação

HOSPITAL LEFORTE S.A. - CNPJ/MF nº 19.803.199/0001-14 - NIRE 35.300.487.141

19. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE O LUCRO

19.1 Impostos sobre a renda (IRPJ e CSLL): O imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são reconhecidos de acordo com o CPC 32 / IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, com base no lucro tributável apurado conforme a legislação fiscal vigente. **19.2 Impostos sobre a renda, correntes:** Os impostos correntes correspondem ao IRPJ e à CSLL devidos no exercício, calculados com base nas alíquotas e regras fiscais aplicáveis, considerando ajustes fiscais permanentes e temporários. Ativos e passivos de impostos correntes são reconhecidos quando existe direito legal de compensação ou obrigação presente de pagamento. **19.3 Impostos sobre a renda, diferidos:** Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases fiscais, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL, quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização. Os ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente quanto à recuperabilidade, considerando projeções de resultados tributáveis, histórico de realização e estratégias fiscais disponíveis. Quando a realização deixa de ser provável, os valores são reduzidos. Os tributos correntes e diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes (ou substancialmente vigentes) na data do balanço, que se espera aplicar quando do período de realização ou liquidação. Ativos e passivos fiscais não são compensados, exceto quando existe direito legal de compensação e a intenção de liquidação. Impostos diferidos são apresentados no ativo ou passivo não circulante. O IRPJ e a CSLL são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes, caso em que o efeito tributário é reconhecido na mesma rubrica.

19.3.1 Composição e movimentação dos impostos e contribuições sobre o lucro diferidos

Descrição	31.12.2024	Movimentação no resultado	31.12.2025
Provisão para contingências	2.114	996	3.110
Provisão serviços médicos especializados	629	(629)	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.354	11.251	14.605
Provisão para fornecedores	(2.960)	2.960	-
IFRS 16 - Arrendamentos	5.552	(5.552)	-
Provisão ISS sobre receita a Faturar	72	133	205
Provisão para horas extras	(104)	368	264
Outros diferidos	(55)	(1.776)	(1.831)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.602	7.751	16.353

Descrição	31.12.2023	Movimentação no resultado	31.12.2024
Provisão para contingências	3.423	(1.309)	2.114
Provisão para obsolescência	989	(989)	-
Provisão serviços médicos especializados	(283)	912	629
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	923	2.431	3.354
Provisão para fornecedores	392	(3.352)	(2.960)
IFRS 16 - Arrendamentos	481	5.071	5.552
Provisão ISS sobre receita a Faturar	151	(79)	72
Provisão para horas extras	(83)	(21)	(104)
Outros diferidos	399	(454)	(55)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.392	2.210	8.602

19.4 Conciliação da alíquota efetiva de impostos

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do imposto	31.103	10.797
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota de 34%	(10.575)	(3.671)
Ajustes para determinação da alíquota efetiva		
Equivalência patrimonial	(3)	(112)
Despesas indedutíveis	(1)	(329)
Juros sobre o capital próprio	1.567	-
Adicional IRPJ	24	-
Ajuste ano anterior - Saldo inicial	706	(7.497)
Outras diferenças permanentes	(220)	-
	(8.502)	(11.609)
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados		
Corrente	(16.253)	(13.819)
Diferido	7.751	2.210
	(8.502)	(11.609)
Taxa efetiva	27,33%	107,52%

19.5 Reforma tributária brasileira: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária no Brasil. De forma geral, o novo modelo tributário prevê a substituição dos atuais tributos incidentes sobre o consumo - PIS, COFINS, ISS e ICMS - por dois novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS") e a Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS"). Adicionalmente, foi criado o Imposto Seletivo ("IS"), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, em substituição ao Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/25, resultante da conversão do Projeto de Lei Complementar nº 68/24, a qual regulamenta aspectos relevantes da Reforma Tributária, incluindo, entre outros, o campo de incidência e não incidência, a sistemática de créditos tributários, regimes diferenciados para setores específicos e hipóteses de redução de alíquotas. A referida lei complementar, contudo, não definiu as alíquotas nominais dos novos tributos. No que se refere ao setor de saúde, destaca-se a previsão de redução de 60% na alíquota aplicável aos serviços, bem como reduções de 60% ou 100% para determinados medicamentos e insumos. Outros aspectos relevantes da Reforma Tributária ainda dependem de regulamentação complementar, a ser concluída ao longo de 2026. Entre os anos de 2026 e 2032, está previsto um período de transição, no qual coexistirão o regime tributário atual (PIS, COFINS, ISS, ICMS e IPI) e o novo regime (IBS, CBS e IS). Diante da pendência de regulamentação integral da Reforma Tributária e da ausência de definição das alíquotas aplicáveis, os impactos econômicos e financeiros da nova sistemática tributária ainda não podem ser mensurados de forma confiável. Assim, não há efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

O reconhecimento de receitas da Companhia é efetuado de acordo com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, refletindo a transferência do controle dos serviços prometidos aos clientes, em valor que represente a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da prestação desses serviços. As receitas decorrem, substancialmente, da prestação de serviços hospitalares, ambulatoriais, oncológicos, diagnósticos e demais serviços assistenciais, sendo realizadas predominantemente com operadoras de planos de saúde, pacientes particulares e, em menor escala, outros convênios e entes públicos, quando aplicável. **20.1 Identificação do contrato com o cliente:** Os contratos com clientes são formalizados, em sua maioria, por meio de: • contratos firmados com operadoras de planos de saúde; • autorizações de atendimento; • tabelas de preços e condições comerciais vigentes; e • acordos específicos para procedimentos ou pacotes assistenciais. Um contrato é reconhecido quando estão atendidos os critérios do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, incluindo a aprovação pelas partes, a identificação dos direitos e obrigações, a definição dos termos de pagamento e a probabilidade de recebimento da contraprestação. **20.2 Identificação das obrigações de desempenho:** As obrigações de desempenho da Companhia consistem, principalmente, na prestação de serviços assistenciais integrados, que podem incluir, de forma combinada: • internação hospitalar; • procedimentos cirúrgicos; • serviços médicos e de enfermagem; • utilização de materiais e medicamentos; • exames e terapias; e • demais serviços correlatos necessários ao atendimento do paciente. Considerando a natureza dos serviços prestados, a Companhia avalia que, na maioria dos casos, os serviços prometidos não são distintos, uma vez que são altamente inter-relacionados e integrados para fornecer um único resultado assistencial ao paciente. Dessa forma, tais serviços são tratados como uma única obrigação de desempenho, em linha com as práticas de mercado adotadas no setor hospitalar. **20.3 Determinação do preço da transação:** O preço da transação corresponde ao valor da contraprestação à qual o Grupo espera ter direito pela prestação dos serviços, incluindo valores fixos e variáveis. A contraprestação é frequentemente variável, em função de: • glosas técnicas e administrativas; • descontos contratuais; • negociações posteriores à prestação do serviço; • ajustes decorrentes de auditorias médicas das operadoras; e • limitações de cobertura previstas contratualmente. A Companhia estima a contraprestação variável utilizando o método do valor esperado, considerando histórico de glosas, padrões de negociação e informações contratuais específicas, reconhecendo receita apenas na medida em que seja altamente provável que não ocorrerá reversão significativa do valor reconhecido, conforme requerido pelo CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. **20.4 Alocação do preço da transação:** Quando um contrato contém mais de uma obrigação de desempenho identificável, o preço da transação é alocado às obrigações de desempenho com base no preço de venda independente relativo dos serviços prometidos. Na prática, considerando o caráter integrado da maioria dos serviços hospitalares, a alocação do preço da transação a múltiplas obrigações de desempenho ocorre de forma limitada e incomum. **20.5 Reconhecimento da receita ao longo do tempo:** A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços assistenciais são prestados, uma vez que: • o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios à medida que a Companhia executa os serviços; e • a Companhia não cria um ativo com uso alternativo. O progresso em direção à satisfação da obrigação de desempenho é mensurado com base na prestação efetiva dos serviços, incluindo o período de internação e a realização dos procedimentos assistenciais. **20.6 Contraprestação variável, glosas e ajustes:** A Administração exerce julgamento significativo na estimativa da contraprestação variável, especialmente em relação a glosas e ajustes contratuais. As estimativas consideram: • histórico de glosas por operadora; • taxas de êxito em contestações; • natureza dos serviços prestados; • mudanças contratuais ou regulatórias; e • informações prospectivas razoáveis e sustentáveis. Valores cuja recuperação seja considerada improvável são ajustados diretamente na receita ou reconhecidos como perda esperada, conforme o caso, assegurando que a receita reflita apenas valores que se espera realizar. **20.7 Componentes financeiros significativos:** Os contratos com clientes não contêm componente financeiro significativo, uma vez que os prazos de faturamento e recebimento são compatíveis com as práticas do setor e com o ciclo operacional da Companhia. **20.8 Apresentação e divulgação das receitas:** A receita é apresentada líquida de impostos incidentes, descontos e ajustes contratuais. As divulgações relacionadas à receita atendem aos requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e do CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, incluindo informações qualitativas e quantitativas que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreenderem: • a natureza, o valor, o momento e a incerteza das receitas e fluxos de caixa; e • os julgamentos significativos realizados pela Administração.

	2025	2024
Receita de serviços prestados		
Operadoras de planos de saúde	340.005	321.748
Particulares	17.444	22.342
	357.449	344.090
Deduções		
Glosas	(25.116)	(14.217)
Impostos	(19.911)	(19.249)
	312.422	310.624

21. GASTOS POR NATUREZA

	Exercícios findos em	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Gastos com pessoal	(87.822)	(88.496)
Custos com materiais	(81.235)	(78.469)
Serviços e utilidades	(84.363)	(73.897)
Depreciações e amortizações	(11.635)	(9.692)
Créditos de PIS e COFINS	555	-
Repasse de despesas corporativas	(1.196)	(11.600)
Gastos Gerais	(10.259)	(11.119)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(3.844)	-
Impostos e taxas	(1.024)	(984)
Propaganda e publicidade	-	(169)
Outros custos	(2.986)	-
Outras despesas administrativas	-	(5.238)
Outras despesas comerciais	(2.542)	-
Receita com aluguéis	96	99
Doações	-	18
Receita com concessão	-	139
Provisão para demandas judiciais e administrativas	(4.019)	-
Perdas com contas a receber de clientes	-	(1.367)
Reversão (provisão) para causas judiciais	-	3.780
Perdas de estoque	-	(1.056)
Repasse de despesas corporativas históricas (a)	-	(17.152)
Provisão com inadimplência	-	(935)
Outras receitas e despesas líquidas[(i)]	5.918	2.155
Total	(284.356)	(293.983)
Custos dos serviços prestados	(277.347)	(248.346)
Despesas comerciais	(6.387)	-
Despesas gerais e administrativas	(2.185)	(31.318)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.563	(14.319)

22. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

As receitas e despesas financeiras compreendem, substancialmente, os rendimentos e encargos incorridos sobre aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos, bem como os efeitos decorrentes de variações monetárias, instrumentos financeiros, mútuos entre partes relacionadas e outros resultados financeiros associados às atividades da Companhia.

	Exercícios findos em	
Descrição	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	1.958	3.707
Juros sobre mútuos	8.154	-
Juros ativos	637	958
Variações cambiais e monetárias ativas	1.041	-
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(559)	-
Descontos obtidos	-	365
Outras receitas financeiras	227	-
	11.458	5.030
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-	(52)
Juros sobre operações de arrendamento	(4.256)	(8.247)
Juros passivos	(287)	-
Variações cambiais e monetárias passivas	(470)	-
Variação monetária com provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(114)	279
Descontos concedidos	(3.005)	(1.967)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	-	
Outras despesas financeiras	(280)	(559)
	(8.412)	(10.546)
Total	3.046	(5.516)

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Administração da Companhia entende que os principais fatores de risco aos quais está exposta são riscos de taxa de juros, de crédito e de liquidez. Esses riscos são inerentes às atividades e são direcionados por meio de políticas internas e são monitorados através de relatórios periódicos. **23.1 Classificação contábil e hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros**: A seguinte hierarquia é usada para determinar o valor justo de instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados, sem ajustes, nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. As classificações contábeis e a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia estão identificadas a seguir:

	Ativo financeiro		Passivo financeiro		
Em 31 de dezembro de 2025	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	32.743	-	-	32.743
Contas a receber	-	124.256	-	-	124.256
Fornecedores	-	-	-	(26.648)	(26.648)
Passivo de arrendamento	-	-	-	(62.321)	(62.321)
	-	156.999	-	(88.969)	68.030

Os ativos e passivos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, portanto, não foram aplicados os níveis de hierarquia acima apresentados. **23.2 Riscos de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer impactos adversos em seus resultados e fluxos de caixa em função de oscilações nas taxas de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2025, a principal exposição da Companhia a esse risco está relacionada à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), índice ao qual estão atrelados, predominantemente, seus passivos financeiros. A Administração monitora continuamente a exposição às variações das taxas de juros, avaliando a composição do endividamento, os prazos de vencimento e as condições contratadas, com o objetivo de mitigar potenciais impactos adversos sobre o desempenho financeiro da Companhia. Para fins de análise de sensibilidade, foram considerados os efeitos de variações razoavelmente possíveis nas taxas de juros anuais aplicáveis aos instrumentos financeiros não derivativos expostos ao CDI, com base nas posições existentes na data-base das demonstrações financeiras. A análise tem como objetivo demonstrar o impacto potencial no resultado do exercício decorrente dessas variações, mantendo-se constantes as demais variáveis relevantes. A Administração entende que a exposição ao risco de taxa de juros está adequadamente gerenciada, considerando a estrutura atual de endividamento e as políticas financeiras adotadas pela Companhia. **23.3 Riscos de crédito:** O risco de crédito representa o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes, de suas obrigações contratuais. Esse risco é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia e está principalmente associado às rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, bem como a outros ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. Com relação aos ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, a Companhia adota como política a realização de operações exclusivamente com instituições financeiras de reconhecida solidez, que possuam classificação de risco mínima de grau de investimento (investment grade), conforme avaliação de agências de rating independentes, tais como Standard & Poor's, Moody's ou Fitch, mitigando, assim, a exposição ao risco de crédito. O risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes é gerenciado por meio de procedimentos contínuos de avaliação e monitoramento da qualidade de crédito das contrapartes, incluindo a análise do histórico de recebimentos, limites de crédito, prazos de pagamento e, quando aplicável, garantias contratadas. A Companhia reconhece provisão para perdas esperadas de crédito sempre que identificada evidência objetiva de aumento significativo do risco de crédito ou de inadimplência, em conformidade com o modelo de perdas esperadas previsto no CPC48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A Administração avalia periodicamente os riscos associados às suas contrapartes financeiras e operacionais, considerando fatores internos e externos, e entende que as políticas de crédito e os procedimentos de controle adotados são adequados para mitigar a exposição ao risco de crédito nas operações da Companhia. **28.4 Riscos de liquidez:** O risco de liquidez representa o risco de a Companhia não dispor de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações financeiras à medida que estas se tornem exigíveis, em condições normais ou adversas de mercado. A Administração gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa projetados, da manutenção de níveis adequados de caixa e equivalentes de caixa, bem como da diversificação das fontes de financiamento e do escalonamento dos vencimentos de suas obrigações financeiras, de forma a assegurar o cumprimento tempestivo de seus compromissos. A tabela a seguir apresenta a análise de vencimentos dos passivos financeiros consolidados, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, passivos de arrendamento e contas a pagar por aquisição de controlada, com base nos fluxos de caixa contratuais não descontados, segregados por faixas de vencimento. Os valores incluem principal e encargos financeiros contratuais, quando aplicável, e estão classificados de acordo com o período remanescente até o vencimento na data-base das demonstrações financeiras.

		Fluxos de caixa contratuais			
Descrição	Valor contábil	Valor a desembolsar	2027	2028	2029 em diante
Em 31 de dezembro de 2025					
Passivo de arrendamento	53.270	171.864	10.618	20.651	140.595
	53.270	171.864	10.618	20.651	140.595

A Administração entende que, considerando a estrutura atual de capital, o perfil de vencimentos das obrigações financeiras e a capacidade de geração de caixa operacional, a Companhia apresenta nível adequado de liquidez para fazer frente às suas obrigações nos prazos pactuados. **28.5 Gerenciamento do capital:** O objetivo da Companhia na gestão de capital é assegurar a continuidade operacional, manter uma estrutura de capital eficiente, compatível com o perfil de risco do negócio, e maximizar o retorno aos acionistas, ao mesmo tempo em que busca manter níveis adequados de liquidez e solvência. A Administração monitora continuamente a estrutura de capital da Companhia, considerando, entre outros fatores, os custos financeiros, os prazos de vencimento das obrigações, as garantias associadas às captações, bem como as condições de mercado e as necessidades de financiamento de suas operações e investimentos. Sempre que necessário, a Companhia avalia alternativas de capital, que podem incluir a renegociação de dívidas, a captação de novos financiamentos ou outras formas de reforço de capital. A gestão de capital é acompanhada, principalmente, por meio do índice de alavancagem financeira, definido como a relação entre a dívida líquida e o EBITDA.

24. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2025, o total de cobertura de seguros era de R$ 165.000, sendo a cobertura aberta para incêndios, vendaval, queda de aeronave, alagamento e inundação. A avaliação da suficiência das coberturas de seguros não faz parte do escopo dos auditores independentes.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Programa de antecipação de pagamentos a fornecedores: Em dezembro de 2025, a Companhia Hospital Leforte S.A. ("HLM, firmou contrato de convênio com o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e com o Banco Industrial do Brasil S.A. ("BIB") para a implementação de um programa de antecipação de pagamentos a fornecedores (supplier finance arrangement). Por meio desse programa, fornecedores da Companhia têm a opção de antecipar seus recebíveis junto às instituições financeiras parceiras, sem que haja alteração substancial nos prazos originalmente pactuados entre a Companhia e seus fornecedores. A adesão ao programa é facultativa aos fornecedores, que, caso optem pela antecipação, assumem integralmente os encargos financeiros associados à operação. A Companhia não incorre em custos financeiros relacionados à antecipação desses recebíveis, tampouco há alteração relevante na natureza de suas obrigações comerciais com fornecedores, que permanecem substancialmente consistentes com as práticas usuais de preços e pagamentos. As transações tiveram início em fevereiro de 2026 e, até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, o saldo em aberto era de R$ 37 mil, o programa não teve utilização relevante.

Diretoria

Rogério Reis de Castro - Diretor
Vivianne Cunha Valente - Diretor

Contador

Anderson Tadeu Rebeque
Contador - CRC 1SP 289263/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas **Hospital Leforte S.A.: Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Hospital Leforte S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das controladas como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de julho de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Jefferson Alves da Silva
Contador
CRC 1SP264861/O-9

DocuSigned by
Diario de Noticias
Assinado por: AMS EDITORA LTDA:00558976000107
CPF: 95190953815
Papel: Márcio Antonio Lopes da Costa
Data/Hora da Assinatura: 17/07/2026 02:48:34 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
F30028BECACE477...